

Estrada em reserva indígena ameaça tribo em Mato Grosso

Obra serve a fazendeiros e foi construída clandestinamente

Hugo Marques

• BRASÍLIA. Uma estrada de 50 quilômetros, construída há dois meses na floresta dentro da área indígena dos enawêne-nawês, poderá colocar em risco a sobrevivência da tribo mais primitiva do Mato Grosso, onde 300 índios viviam semi-isolados. Além da construção da estrada, que entupiu nascentes e devastou área de vegetação nativa, fazendeiros da região deram de presente aos índios cestas básicas, provocando complicações intestinais em vários deles.

Os enawêne-nawês não falam português e têm um costume peculiar: não comem carne vermelha. A Procuradoria-Geral da República no estado pediu a instauração de inquérito para apurar as responsabilidades e a Polícia Federal já visitou o local onde foi construída a estrada. O fazendeiro Camilo Carlos Obice assume parte da responsabilidade pela construção da estrada.

Para coordenador do Cimi, estrada vai dizimar índios

O coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) do Mato Grosso, Sebastião Carlos Moreira, adverte:

— Essa estrada vai representar um genocídio gradual dos índios. Eles não têm imunidade para uma simples gripe e uma doença na área poderá ser fatal para todos.

Pelos levantamentos do Cimi, os enawêne-nawês são os índios mais primitivos do Mato Grosso. Eles se alimentam de peixes e vegetais. Preparam uma farinha de mandioca com características diferentes. Têm rituais próprios e só falam uma língua, de origem aruak, a mesma do idioma dos parecis. Para o Cimi, os fazendeiros da região já provocaram uma desestruturação nos costumes dos índios, introduzindo alimentos industrializados e a noção de consumo, com base na moeda.

— Foi desestruturada a organização sociocultural dos índios — diz o coordenador do Cimi.

Fazendeiros querem estrada para escoar produção de soja

A estrada é um velho sonho de fazendeiros da região, interessados em abrir um canal de comunicação com o Norte de Mato Grosso, ligando a região ao Sul do Amazonas, por onde poderiam escoar a produção de soja. As terras dos enawêne-nawês atingem os municípios de Juína, Comodoro e Campo Novo dos Parecis, no Noroeste de Mato Grosso.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) espera a conclusão das investigações para punir os responsáveis. Segundo o procurador da Funai em Mato Grosso, César Augusto Nascimento, a estrada é um desrespeito aos índios e seu

construtor incorreu em crimes, que serão punidos com base na nova Lei de Crimes Ambientais.

— As pessoas que construíram a estrada adulteraram os marcos das terras indígenas. É uma loucura o que fizeram lá, pois o solo é frágil. Vamos processar quem fez aquilo ali e não permitiremos que ninguém circule pela estrada — disse o procurador.

Deputado envia cartas para FH e organizações internacionais

O deputado Gilney Viana (PT-MT) enviou cartas ao presidente Fernando Henrique Cardoso e a organizações internacionais, chamando a atenção para o que, na sua opinião, vai significar a extinção dos enawêne-nawês. Ele acredita que organizações que financiam projetos nas áreas de florestas do Brasil podem tomar decisões que evitem a construção de estradas em terras indígenas.

— Primeiro foi a ofensiva dos madeireiros asiáticos sobre as florestas brasileiras. Agora são os plantadores de soja invadindo terras indígenas — disse ele.

Nenhum dos grandes fazendeiros da região assumiu a responsabilidade pela abertura da estrada, mas Gilney acusa os grupos Camilo e Maggi pela devastação da floresta. Em uma reunião entre procuradores, fazendeiros e políticos da região, em julho, representantes do grupo Maggi negaram participação na construção

da estrada. O fazendeiro Camilo Carlos Obice disse ao GLOBO que não construiu a estrada, mas admitiu que determinou há dois meses a limpeza da estrada, para facilitar o trânsito de veículos. Mas segundo representantes da Funai, do Cimi e de organizações não-governamentais da região, a estrada não existia há dois meses.

— Limpei a estrada há 60 dias. Mas não construí a estrada, ela já existia. Temos 40 mil produtores que precisam de estrada — disse o fazendeiro, que tem propriedades na divisa da terra indígena.

Camilo Obice disse que também foi dele a iniciativa de dar de presente aos índios sete barcos de aço e sete motores de popa. Mas o fazendeiro evita falar em troca de favores para que os índios não reagissem à construção da estrada.

— Muitos índios tinham dor de dente e não conseguiam chegar à cidade, por isso doei sete barcos e sete motores — disse.

Fazendeiro reivindica terras da reserva indígena

Segundo Camilo, muitos índios o procuraram pedindo ajuda para problemas de saúde. O fazendeiro afirmou ainda que toda a reserva indígena estaria incluída na compra de terra que fez há dez anos e que a Funai não teria se manifestado na ocasião. Ele disputa uma parte das terras indígenas na Justiça Federal. ■

Isolada, aldeia triplicou sua população em 14 anos

Antropólogos rebatem versão dos fazendeiros

• A versão dos antropólogos e representantes de organizações não-governamentais (ONGs) que prestam assistência aos índios é diferente da apresentada pelos fazendeiros. Segundo o coordenador da Operação Amazônica Nativa (Opan), Ivair Luís Busatto, os proprietários rurais, além dos barcos e dos motores, deram de presente aos índios ferramentas, roupas e instituíram na aldeia a noção de consumo. As cidades mais próximas da aldeia ficavam a sete horas de barco. Agora, com a construção da estrada, ficam a quatro horas.

O fazendeiro Camilo Carlos Obice justificou os presentes que deu aos índios, entre os quais barcos e motores, dizendo que muitos deles morriam de doenças, devido à distância das cidades, mas a Opan e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) contestam esta versão.

Pelo que afirmam o Cimi e a Opan, ocorreu justamente o contrário. As estatísticas apresentadas pelos dois órgãos mostram que em 1984 eram apenas 97 índios na aldeia e, em junho deste ano, esse número tinha crescido para 300. Em todo esse período de crescimento populacional considerado vertiginoso pelos técnicos, os índios teriam ficado totalmente isolados dos moradores de cidades. As terras indígenas enawêne-nawês foram demarcadas em 1996.

— Naquele período, os índios triplicaram a população da aldeia, como mostram os números que temos, mas agora estão ficando cada vez mais sitiados pelos fazendeiros do Mato Grosso — disse Ivair Luís Busatto.